

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO  
PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL  
SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA



## Lei Complementar nº 111 de fevereiro de 2011

*Dispõe sobre a Política Urbana e Ambiental do Município, institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro*

**A avaliação do Plano Diretor visa atender ao estabelecido no parágrafo único do Art. 1º da Lei Complementar Nº 111/2011, que determina que “o Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro será avaliado a cada cinco anos e revisto a cada dez anos”.**

## LEI COMPLEMENTAR Nº 111/2011

### PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL

---

- O **Plano Diretor**, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.
- O **Plano Diretor** é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas.
- O **Plano Diretor** deverá englobar o território do Município como um todo.

**O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável** orienta as ações dos agentes públicos e privados e determina as prioridades para aplicação dos recursos orçamentários e investimentos.

**O Plano Diretor contém diretrizes e normas relativas a:**

- ✓ Política municipal de desenvolvimento urbano sustentável;
- ✓ ordenamento territorial do Município;
- ✓ ordenação do uso e ocupação das áreas urbanas;
- ✓ políticas públicas setoriais e seus programas;
- ✓ instituição e aplicação de instrumentos legais para implementação da política proposta;
- ✓ instituição de sistema municipal de planejamento e gestão;
- ✓ participação pública, efetiva e continuada, no processo de planejamento.

# LEI COMPLEMENTAR Nº 111/2011

## ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL

---

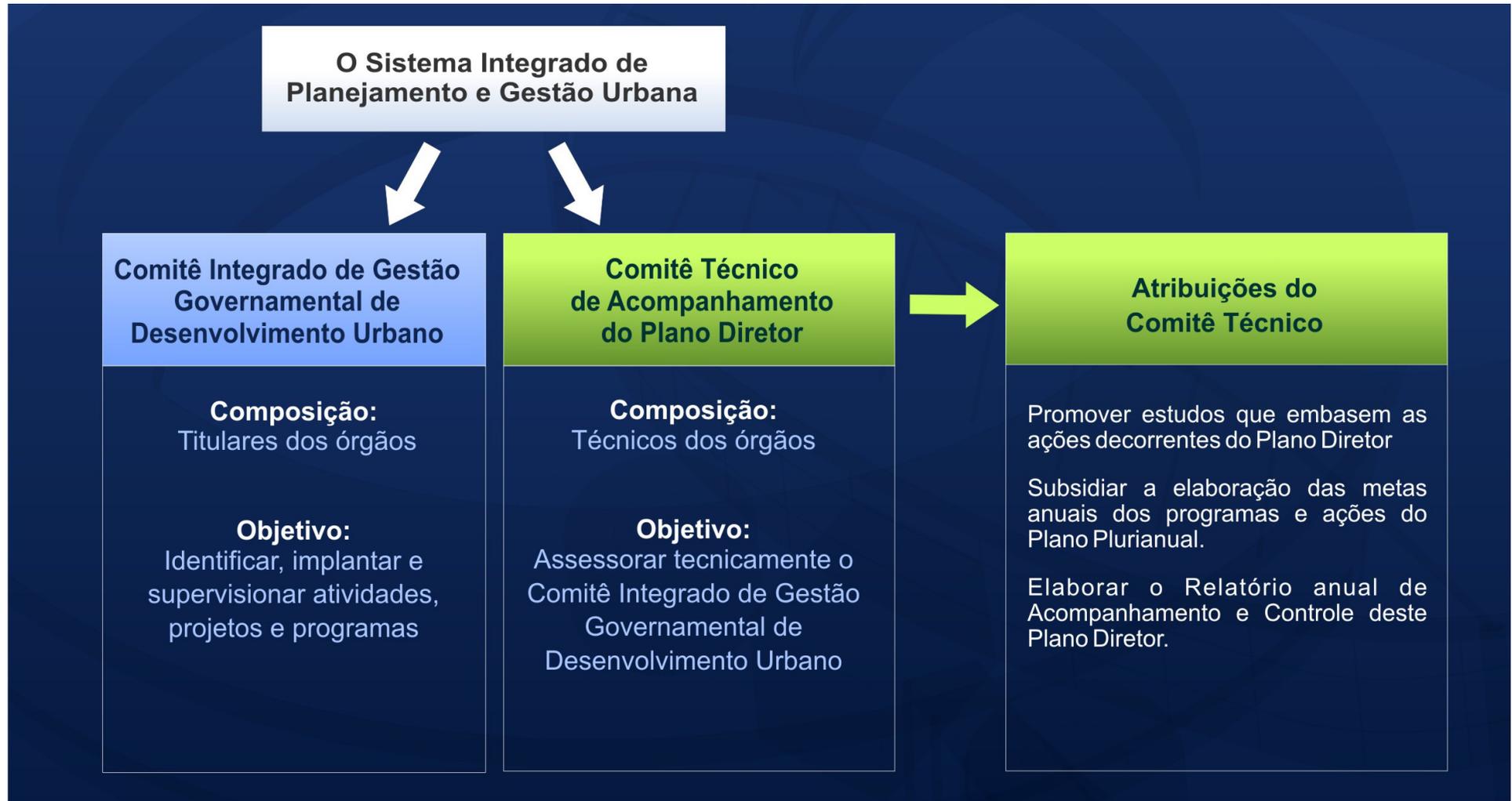


SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA



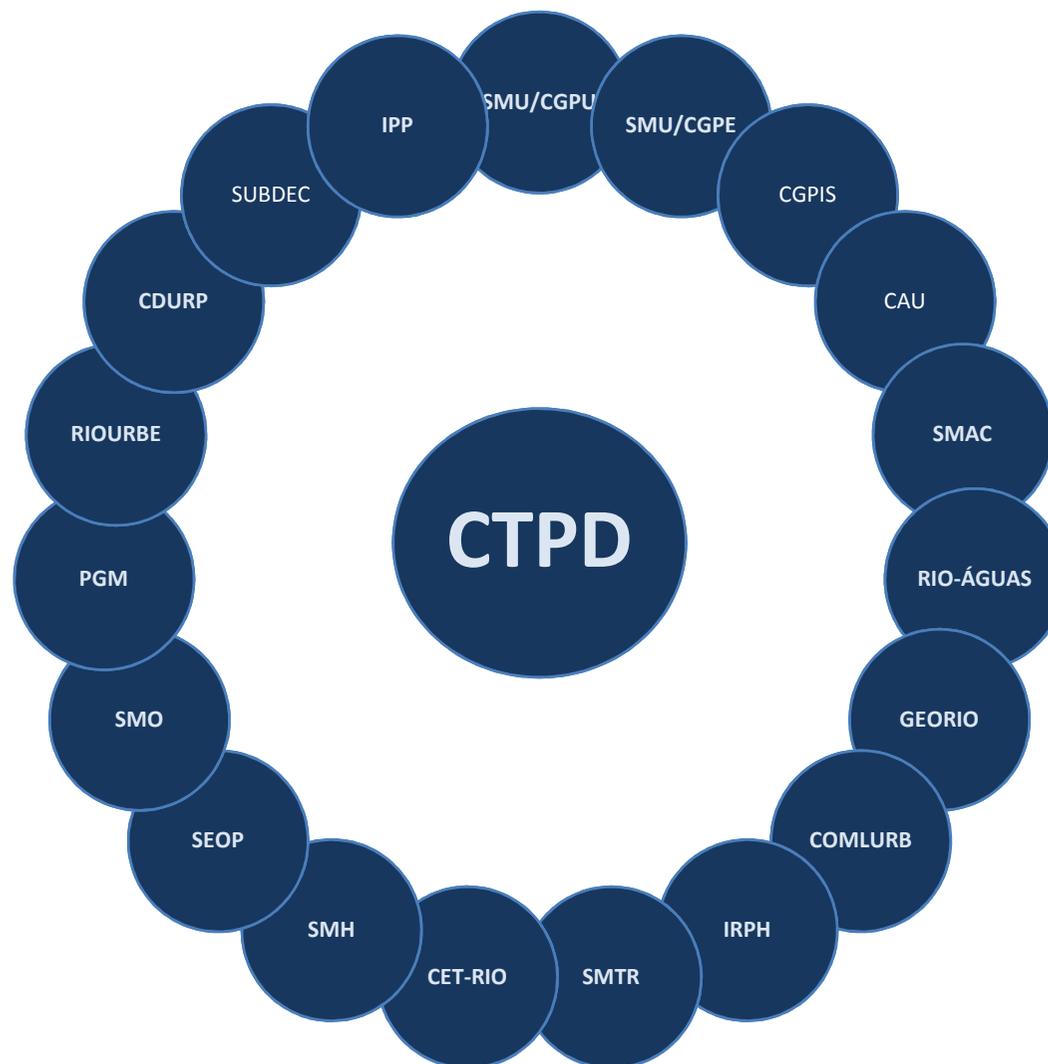
# LEI COMPLEMENTAR Nº 111/2011

## ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL



## COMPOSIÇÃO DO COMITÊ TÉCNICO

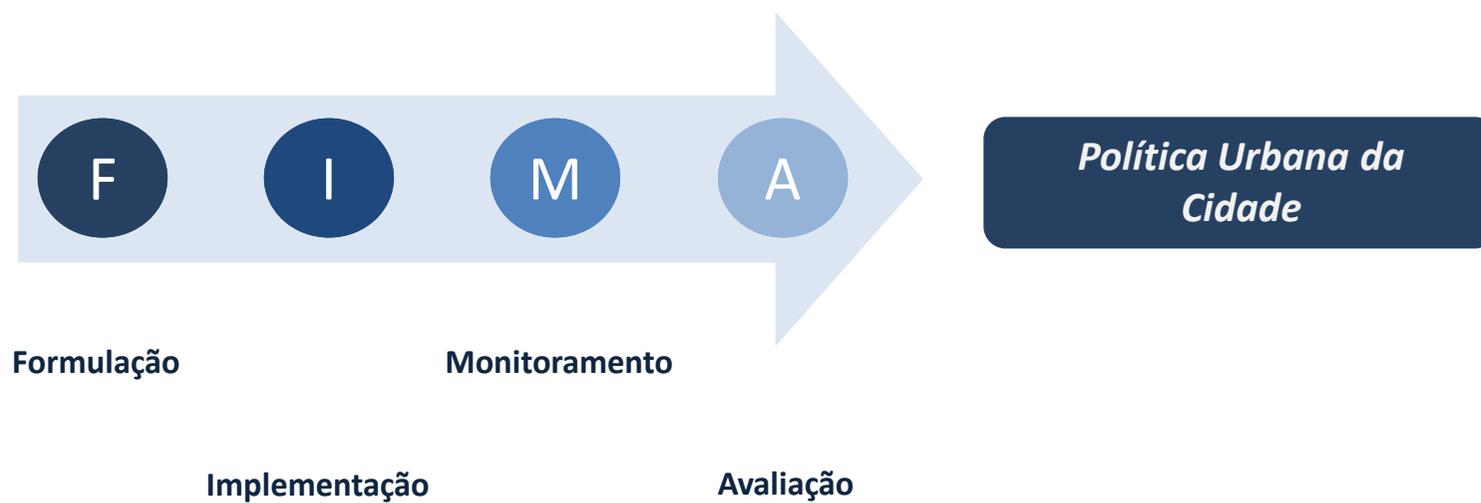
---



## PRINCIPAIS DESAFIOS

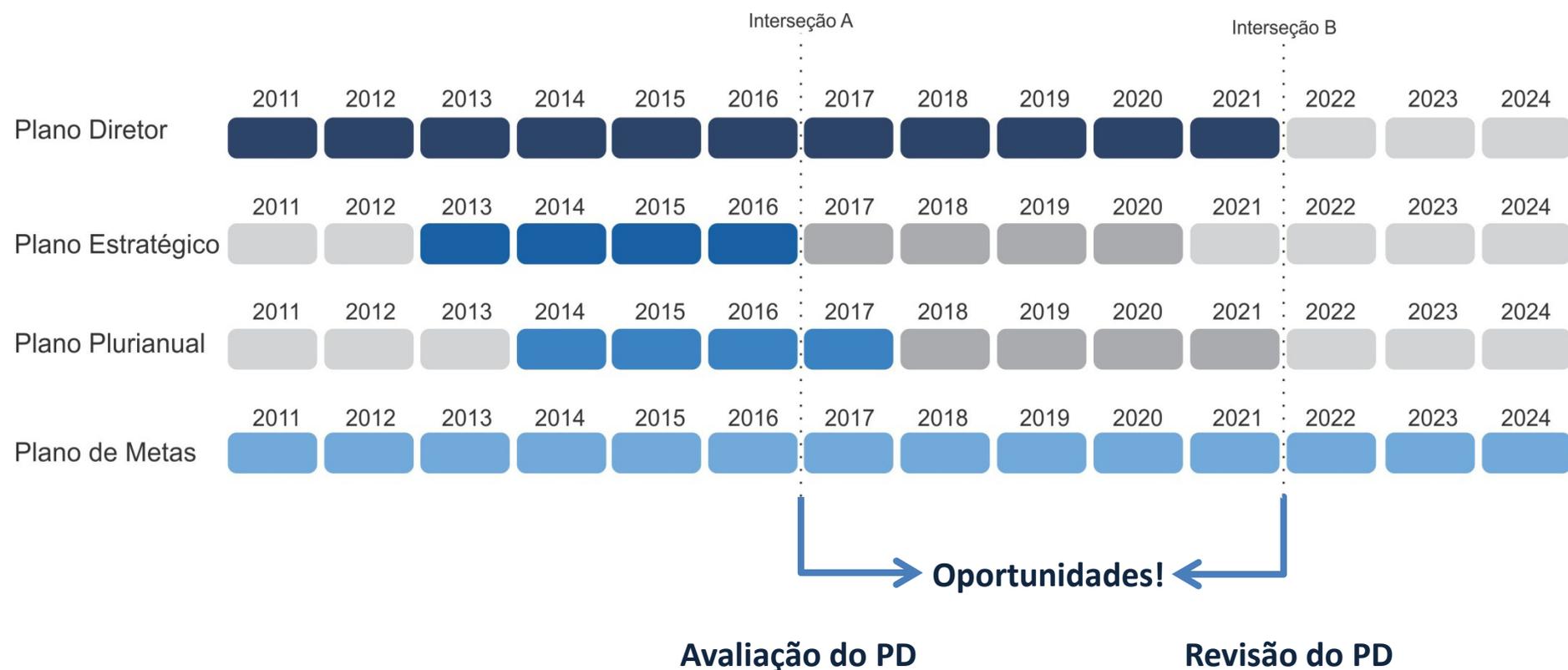
---

### ✓ Pensar a Cidade



# PRINCIPAIS DESAFIOS

## Alinhamento de Cronogramas



# Avaliação das Políticas Setoriais

### Estrutura Metodológica

#### ✓ Diagnósticos sobre os temas

**(Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação, Mobilidade, Saneamento e Serviços Públicos e Uso do Solo)**

Fornece um panorama atual da Cidade, identifica os problemas e através deste resultado avalia o Plano Diretor com maior propriedade e faz o discernimento sobre o texto da lei, se ele condiz com as reais necessidades da cidade

#### ✓ Avaliações

✓ A avaliação das políticas setoriais relacionadas nas tabelas indicam os principais problemas e os encaminhamentos propostos

#### ✓ Plano Estratégico

Articulação Plano Diretor / Plano Estratégico, com propostas encaminhadas ao PE baseadas no Diagnóstico da Cidade elaborado no âmbito do Comitê Técnico do Plano Diretor.

#### ✓ Monitoramento

Acompanhamento das ações estruturantes indicadas nos Planos, num processo contínuo do controle do andamento

#### ✓ Indicação das Prioridades

Ações estruturantes prioritárias relacionadas no Plano Diretor

## MÉTODO DE AVALIAÇÃO

---

### Fontes de Informações



**Síntese da Avaliação das  
das Políticas Setoriais**



**CMP + SUBGRUPOS DO CTPD**

**Problemas mais relevantes**

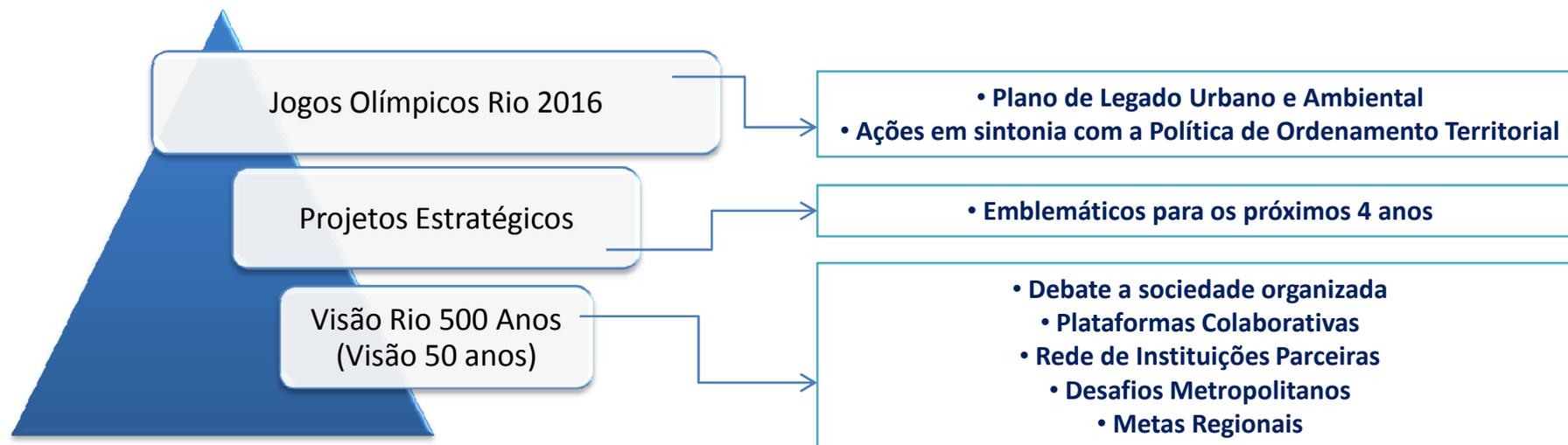


**Encaminhamentos**

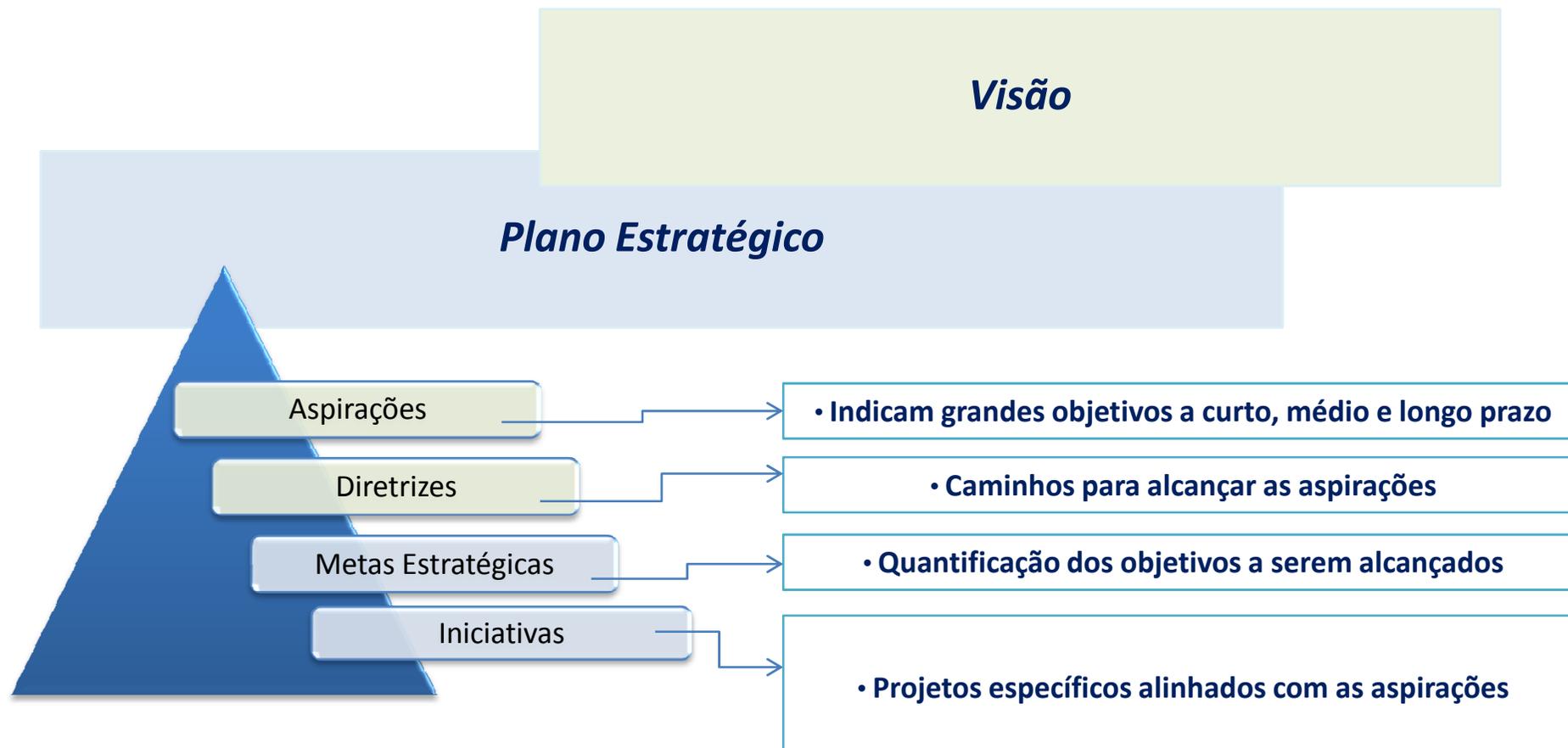
## ARTICULAÇÃO COM PLANO ESTRATÉGICO

### Método

**SISTEMATIZAÇÃO E AVALIAÇÃO TEMPORAL E QUALITATIVA**  
**E**  
**ANÁLISE DE COMPATIBILIZAÇÃO E COMPLEMENTARIEDADE COM:**



## ARTICULAÇÃO COM PLANO ESTRATÉGICO



# Problemas, Encaminhamentos e Resumo da Avaliação

## AVALIAÇÃO DA POLÍTICA SETORIAL – MEIO AMBIENTE

Problemas	Encaminhamentos
Baixos índices de arborização nas Áreas de Planejamento 3 e 5.	Criar parques urbanos e aumentar a arborização urbana.
Pressão antrópica no interior e sobre as bordas das Unidades de Conservação.	Incrementar a fiscalização e o monitoramento.
<b>Necessidade de ações de recuperação ambiental, fiscalização e monitoramento das ocupações irregulares em Parques Naturais Municipais.</b>	Intensificar a fiscalização e criar incentivos aos programas de recuperação da vegetação. Regulamentar o Sistema de Controle de Uso e Ocupação do Solo.
Dificuldade de gestão das APAs e das APARUs por falta de regulamentação.	Regulamentar as APAs e APARUs.
Deficiência de manutenção em parte das áreas reflorestadas.	Implementar trabalhos de manutenção nas áreas de reflorestamento já implantadas.
<b>Dificuldade de identificação dos proprietários das novas áreas para reflorestamentos.</b>	Criar o Cadastro Único de Imóveis.
Predominância da classificação “péssima” da qualidade da água dos rios devido à poluição de esgotos domésticos , industrial, hospitalar, etc.	Aprimorar os mecanismos de Licenciamento e Fiscalização, os programas de Recuperação e Monitoramento e a articulação intersetorial.

## AVALIAÇÃO DA POLÍTICA SETORIAL – MEIO AMBIENTE

Problemas	Encaminhamentos
<b>Ocupação urbana nas margens de mais de 80% dos 270 rios da Cidade .</b>	Melhorar a articulação intersetorial, tendo os rios como eixos de planejamento, ampliar a fiscalização, implantar parques fluviais e áreas de lazer ao longo dos rios e promover o reassentamento da população localizada nas margens dos rios, privilegiando o uso coletivo.
Escassez de água para consumo em áreas com abastecimento local de água (não atendidas pela concessionária) em períodos de estiagem prolongada.	Planejar o aproveitamento dos aquíferos da Cidade para o abastecimento d'água.
Melhoria da identificação das fontes de poluição e incremento da mitigação de impactos nas áreas identificadas como mais poluídas.	Mapear as fontes de poluentes e adotar medidas de fiscalização , mitigação de impactos e recuperação ambiental.
Necessidade de melhoria da qualidade do ar.	Ampliar o programa de Monitoramento da Poluição do Ar, com instalação de novas estações de medição, fomentar o uso de tecnologias limpas, incentivar o uso de bicicletas, criando canais cicloviários de ligação com o transporte de massa.
Necessidade de melhoria da qualidade da areia das praias.	Ampliar o Programa de Educação Ambiental e melhorar a articulação intersetorial.

## AVALIAÇÃO DA POLÍTICA SETORIAL – MEIO AMBIENTE

Problemas	Encaminhamentos
Existência de fragmentos florestais isolados de Mata Atlântica (áreas verdes livres, praças e parques urbanos, vias com projetos de arborização, Unidades de Conservação, fragmentos de cobertura vegetal nativa, reflorestamentos e outros).	Conectar estes fragmentos mediante a implementação da rede de Corredores Verdes.
Existência de áreas com interesse ambiental ainda sem proteção.	Estender a proteção ambiental a estas áreas, por meio de estudos que determinem a categoria mais adequada.
Falta de recursos permanentes para conservação e manutenção das áreas já protegidas (UCs), áreas reflorestadas e espaços livres públicos de lazer.	Viabilizar economicamente a destinação de recursos para as ações prioritárias definidas com base em critérios técnicos.
Necessidade de enriquecimento florestal em áreas de reflorestamento.	Implementar trabalhos de enriquecimento florestal nessas áreas.

## AVALIAÇÃO DA POLÍTICA SETORIAL – PATRIMÔNIO CULTURAL

Problemas	Encaminhamentos
Quanto às dificuldades específicas dos imóveis preservados	
Complexa situação fundiária e problemas jurídicos dos imóveis.	Criação do Cadastro Único de Imóveis + pesquisa situação fundiária e jurídica dos imóveis para alimentar este cadastro.
Falta de uso, subutilização ou uso incompatível.	Compatibilização com legislação de uso do solo + Incentivos à reconversão + Utilização compulsória.
Alto custo de manutenção dos imóveis.	Instrumentos de incentivo.
Falta de interesse e motivação sobre a importância do patrimônio cultural.	Apoio e valorização da cultura do patrimônio cultural da Cidade.
Ocorrência de sinistros.	Rigor na regulamentação de taxaço e reconstrução.
Falta de mão-de-obra especializada.	Implementar escolas e oficinas de restauro.

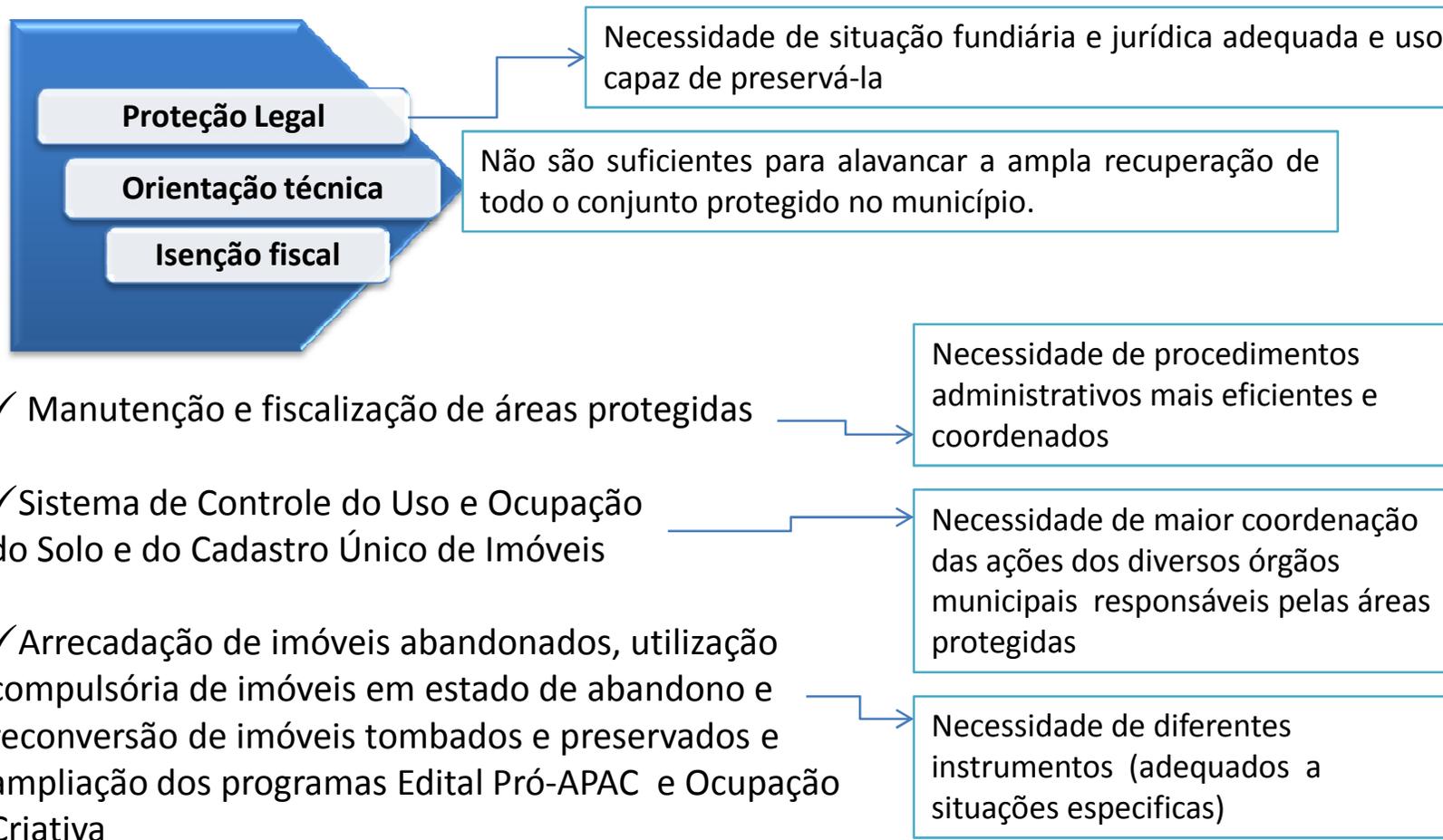
## AVALIAÇÃO DA POLÍTICA SETORIAL – PATRIMÔNIO CULTURAL

---

Problemas	Encaminhamentos
<b>Quanto ao ambiente urbano</b>	
Instalação desordenada dos serviços públicos.	Regulamentação para a instalação de serviços públicos compatível com a ambiência preservada.
Conflitos no limite das APACs e seu entorno.	Entrosamento entre APAC e PEU.
Má conservação do espaço urbano.	Melhorias e manutenção do espaço urbano.
Descaracterização dos imóveis por falta de segurança pública (exemplo: construção de muros e colocação de grades).	Sistemas e/ou medidas de segurança compatíveis com as características dos imóveis e intensificação da fiscalização.

## AVALIAÇÃO DA POLÍTICA SETORIAL – PATRIMÔNIO CULTURAL

### AVALIAÇÃO



## AVALIAÇÃO DA POLÍTICA SETORIAL – HABITAÇÃO

Problemas	Encaminhamentos
Quanto à política de Habitação	
Déficit habitacional ainda elevado	Banco de terras; Gestão da oferta e da demanda por urbanização e habitação de interesse social através da utilização de Sistemas de Informações e Monitoramento
Inadequação de habitações em áreas sem infraestrutura e readequação de diversos imóveis incluindo aproveitamento de prédios industriais	Ampliar as intervenções públicas para melhoria das condições habitacionais
Custo da terra e pouca oferta de áreas disponíveis para produção de HIS em regiões com infraestrutura e equipamentos públicos	Implementação de estratégia de redução de custos de produção habitacional nas áreas centrais e com infraestrutura, regulamentação de instrumentos e implementação de Sistema de Gestão de Imóveis Vazios
Concentração de HIS em áreas com baixa disponibilidade de infraestrutura e distantes de centralidades	Zoneamento inclusivo Fomento de cooperativas habitacionais Banco de Terras
Demanda elevada por regularização de assentamentos irregulares, precários e clandestinos e dificuldades na regularização fundiária das áreas objeto de intervenção devido à complexidade na titularidade da terra	Implementação de ações intersetoriais para agilizar processos de regularização urbanística e fundiária
Necessidade de regularização edilícia dos imóveis com concessão de habite-se e a oficialização do endereço.	Regulamentação de procedimentos intersetoriais

## AVALIAÇÃO DA POLÍTICA SETORIAL – HABITAÇÃO

---

### AVALIAÇÃO

- Gestão da oferta e da demanda por urbanização e habitação de interesse social através da utilização de Sistemas de Informações e Monitoramento;
- Mapeamento fundiário da cidade priorizando áreas destinadas à regularização e vazios urbanos com potencial para produção de HIS;
- Regulamentação de instrumentos que viabilizem mecanismos para a disponibilidade de áreas e a captação de recursos destinados à produção de HIS (IPTU Progressivo, Consórcio Imobiliário, Direito de Preempção, Direito de Superfície, etc);
- Implementação de ações intersetoriais que visem maior agilidade e simplificação nos processos relacionados à produção de HIS e à regularização de áreas de baixa renda.

## AVALIAÇÃO DA POLÍTICA SETORIAL – MOBILIDADE

Problemas	Encaminhamentos
Quanto à política de Transportes	
Falta de política sobre logística urbana.	Plano de Logística.
Uso excessivo de veículos particulares gerando impactos socioambientais, perda de tempo e deseconomias.	Propor novas linhas de transporte hidroviário, VLT e BRT.
Legislação urbanística demanda atualização para se adequar à nova dinâmica urbana.	Estabelecimento de políticas de restrição ao uso do automóvel.
Necessidade de ampliação e adequação da rede de ciclovias, dotando-as de integrações necessárias.	Implantação de novas ciclovias.
Calçadas de má qualidade em boa parte do território.	Implantação de uma política sobre as calçadas incluindo, definição de padrão, diagnóstico com banco de dados georreferenciado e plano de ação. Propor programa de melhoria de calçadas.

## AVALIAÇÃO DA POLÍTICA SETORIAL – MOBILIDADE

---

### AVALIAÇÃO

- Continuidade da política de construção de corredores de transporte estruturantes, ligando as principais centralidades.
- Racionalização do sistema de ônibus municipais.
- Estabelecimento de políticas de restrição ao uso do automóvel.
- Continuidade da política de construção de ciclovias, que devem ser integradas ao sistema de transporte estruturante.
- Implantação de uma política sobre as calçadas incluindo, definição de padrão, diagnóstico com banco de dados georreferenciado e plano de ação.
- Maior integração física, operacional, tarifária e institucional entre os modos de transporte.
- Regulamentação do Fundo Municipal de Mobilidade com garantia de entrada de recursos.
- Universalizar o direito a mobilidade urbana, proporcionando deslocamentos de baixa duração, confortáveis, seguros e com modicidade na tarifa.
- Diminuir as externalidades sócio-ambientais negativas relacionadas aos transportes, como poluição atmosférica e sonora.

## AVALIAÇÃO DA POLÍTICA SETORIAL – SANEAMENTO E SERVIÇOS PÚBLICOS

Problemas	Encaminhamentos
Necessidade de visão integrada sobre saneamento ambiental.	Aprimorar a articulação intersetorial e estudar a criação de uma agência reguladora municipal de saneamento e serviços públicos.
Falta de um sistema de informações integrado e georreferenciado.	Implantação de um sistema integrado de informações acessíveis a todos os órgãos municipais.
Falta de investimentos na manutenção e ampliação do sistema de saneamento.	Viabilizar economicamente a destinação de recursos para as ações prioritárias definidas com base em critérios técnicos.

### Água

Irregularidade da distribuição da água fornecida.	Criação de mecanismos de controle e fiscalização da distribuição da água.
Condições inadequadas no processo de captação e distribuição.	Criação de mecanismos de controle e fiscalização no processo de captação e distribuição da água.
<b>Ausência de controle de perdas, desvios ou fugas d'água.</b>	Criação de mecanismos de controle e fiscalização para redução efetiva de perdas, desvios e fugas d'água.

## AVALIAÇÃO DA POLÍTICA SETORIAL – SANEAMENTO E SERVIÇOS PÚBLICOS

Problemas	Encaminhamentos
<b>Esgotamento Sanitário</b>	
<b>Coleta e tratamento ineficientes e não universalizados.</b>	Viabilizar economicamente a destinação de recursos para as ações prioritárias para universalizar o acesso ao sistema de esgotamento sanitário definidas com base em critérios técnicos.
Estações de tratamento insuficientes para atender à demanda.	Reforma e ampliação das estações existentes de tratamento de esgoto e instalação de novas estações para atender a demanda existente.
Falta de conexão entre as redes de coleta e as estações existentes.	Viabilizar economicamente a integração entre os sistemas e o controle das ligações prediais e extravasores irregulares.
<b>Drenagem Urbana</b>	
<b>Existência de áreas sujeitas a inundações em regiões da cidade com urbanização consolidada.</b>	Compatibilizar ações estruturais e não estruturais para a mitigar os impactos da urbanização.
<b>Existência de pontos de alagamentos e manchas de inundação em áreas com urbanização dispersa e não consolidada.</b>	Identificar e reduzir os pontos de alagamento e manchas de inundação e articular o planejamento urbano e o uso do solo com a capacidade de suporte nas áreas suscetíveis a alagamento.
Deficiência de drenagem e condução do escoamento superficial nas áreas de favela e frequente ocupação (por habitações) das linhas de drenagem.	Aprimorar a drenagem nas áreas de encosta, em especial nas áreas informais e áreas pública a montante destas.

## AVALIAÇÃO DA POLÍTICA SETORIAL – SANEAMENTO E SERVIÇOS PÚBLICOS

Problemas	Encaminhamentos
<b>Drenagem Urbana</b>	
Necessidade de melhoria na gestão dos recursos hídricos na Cidade.	Planejar sistema integrado de retardo e reuso das águas pluviais.
<b>Resíduos Sólidos</b>	
<b>Problemas e impactos na transferência dos resíduos sólidos.</b>	Planejamento urbano no entorno das estações de transferência e planejamento e aprimoramento das operações e instalações de transferência dos resíduos sólidos.
Deficiência nos serviços de coleta de lixo em áreas informais .	Melhoria da coleta nas áreas informais , precedida de urbanização da área que permita a atividade de coleta.
Necessidade de melhoria no monitoramento dos transportadores dos grandes geradores de lixo extraordinário.	Realização de campanhas de educação ambiental e incremento na fiscalização da coleta de lixo de geradores de lixo extraordinário.
Existência de fragilidades no processo de utilização de recuperação de materiais recicláveis.	Ampliar e aprimorar os processos de triagem e segregação de materiais recicláveis e incentivar a ampliação da cadeia de reciclagem.
Existência de fragilidades no processo de utilização de agregados reciclados no município do Rio de Janeiro.	Tornar efetivo o Decreto Municipal 33971/2011 que dispõe sobre a obrigatoriedade da utilização de agregados reciclados em obras e serviços de engenharia.

## AVALIAÇÃO DA POLÍTICA SETORIAL – SANEAMENTO E SERVIÇOS PÚBLICOS

---

Problemas	Encaminhamentos
<b>Equipamentos Públicos (Educação e Saúde)</b>	
Distribuição desequilibrada dos equipamentos públicos urbanos de educação e saúde.	Aumentar a provisão de equipamentos de educação e saúde em áreas estratégicas ainda não atendidas.
Baixa oferta de áreas apropriadas disponíveis destinadas à prestação de equipamentos e serviços públicos urbanos à população.	Planejar a definição de áreas destinadas à instalação de equipamentos urbanos através da criação de um banco de terras.
Demanda por equipamentos públicos de educação maior que a oferta de áreas apropriadas disponíveis para abrigá-los nas áreas de expansão da cidade.	Planejar e compatibilizar a oferta de equipamentos públicos urbanos com a utilização de próprios municipais.

---

## AVALIAÇÃO DA POLÍTICA SETORIAL – SANEAMENTO E SERVIÇOS PÚBLICOS

Problemas	Encaminhamentos
<b>Estabilidade das encostas</b>	
Ocorrências de risco geológico nas áreas ocupadas irregularmente e ao longo de vias urbanas associadas a escorregamentos em taludes marginais, normalmente associado a cortes e aterros mal executados.	Continuação do mapeamento de risco dos maciços montanhosos do município (faltam os Maciços da Pedra Branca, Gericinó-Mendanha e morros isolados) e acompanhamento sistemático e periódico a cada 4 meses (através de imagens de satélite, foto aéreas, drones, etc).
Ocorrências de deslizamentos induzidos pela ação antrópica, em particular nas áreas de favelas e loteamentos irregulares, inclusive com intervenções junto e sobre obras públicas de contenção.	Criação e fortalecimento de grupos transdisciplinares (arquitetos, geólogos, geomorfólogos, etc.) para orientar a população nas áreas informais.
Ocorrências de ocupação, por favelas ou empreendimentos, das cavas de pedreiras e saibreiras desativadas.	Execução de medidas preventivas e elaboração de estudos e demarcação de faixas <i>non aedificandis</i> , a fim de evitar o desprendimento de lascas ou blocos de rocha.

### Monitoramento

A construção de um sistema de monitoramento tem como premissa básica a transparência das informações, sobretudo o acompanhamento dos projetos indicados nos Planos, garantindo o permanente e democrático processo de interação sociedade-governo.

A definição de critérios para monitoramento dos Planos implica definição das categorias dos projetos e a classificação atribuída a cada um destes, cuja totalização final resultará no grau de realização do mesmo.

# ARTICULAÇÃO PLANO DIRETOR – PLANO ESTRATÉGICO

## Planilha Síntese – Metodologia

**Ação Estruturante:** Localização das ações estruturantes no Plano Diretor.

**Descrição da Ação:** O que está previsto no Plano Diretor para cada política setorial.

**Classificação:** Status da ação

REALIZADO

EM EXECUÇÃO

PREVISÃO

DESCONTINUADO

**NÃO REALIZADO E SEM PREVISÃO**

**Qualificação:** ATENDE                      ATENDE PARCIALMENTE                      NÃO ATENDE

**Visão - Impacto e relevância :** ALTO                      MÉDIO                      BAIXO

**Demanda:** REGIONAL                      SETORIAL

# ARTICULAÇÃO PLANO DIRETOR – PLANO ESTRATÉGICO

## Planilha Síntese – Exemplo: Mobilidade

Ação Estruturante no Plano Diretor	Descrição da Ação Estruturante	Classificação
Art. 215: inciso I	Complementação da rede de transportes de passageiros de alta capacidade	Em Execução
Art. 215: inciso II	Gestão junto aos órgãos das esferas pública federal e estadual (poderes concedentes) e privadas (operadores privados), visando a melhoria operacional dos ramais dos sistemas ferroviário e metroviário, com aumento de capacidade, velocidade média e redução dos tempos de viagem em todos os ramais, considerando as distâncias e tempos de deslocamento a pé e/ou por bicicleta	Previsão
Art. 215: inciso III	Complementação das linhas 1 e 2 do sistema metroviário e implantação das linhas 4, 5 e 6, conforme estudos realizados	Em Execução
Art. 215: inciso IV	Construção de novos terminais de conexões intermodais, estabelecendo a interligação entre os sistemas de transporte sobre trilhos, BRTs/OTRs – Ônibus de Trânsito Rápido (Média/Alta Capacidade) e os sistemas de transporte público coletores e locais	Em Execução
Art. 215: inciso V	Implantação de novos terminais e corredores segregados para o sistema de transporte público por ônibus	Em Execução
Art. 215: inciso VI	Intervenções nos sistemas de transporte e viário que viabilizem a conclusão do Anel Viário da Cidade articulados a políticas de Uso e Ocupação do Solo, sustentáveis	Em Execução
Art. 215: inciso VII	Intervenções no espaço urbano que viabilizem a implantação do Corredor T5 articulados a políticas de Uso e Ocupação do Solo, sustentáveis	Em Execução
Art. 215: inciso VIII	Estruturação de um órgão gestor que promova a integração de políticas públicas de transporte, a integração do planejamento e gestão da Rede Única, e as integrações institucional, operacional e tarifária	Em Execução
Art. 215: inciso IX	Vinculação e compatibilização do planejamento e da implantação da infraestrutura física de circulação e de transporte público às políticas e diretrizes de planejamento contidas no Plano Diretor	Em Execução
Art. 215: inciso X	Previsão na legislação da implantação de locais para guarda e estacionamento de bicicletas nos terminais rodoviários, metroviários, aeroportuários e nas edificações	Em Execução

# Identificação de Prioridades

## MEIO AMBIENTE

---

Criar corredores ecológicos conectando os fragmentos florestais do Município, de forma a mitigar a fragmentação dos ecossistemas e garantir a conservação da biodiversidade

Impedir e prevenir intervenções antrópicas sobre áreas de relevância ambiental

Adotar os rios como eixos de planejamento, elaborando projetos integrados de limpeza, recuperação e requalificação dos corpos hídricos e mananciais, de forma a conservar suas condições funcionais, recreativas, paisagísticas e ecológicas

Proteger áreas de recarga de aquíferos através da criação de novas Unidades de Conservação

Ampliar os índices de áreas verdes e áreas permeáveis, visando à melhoria da qualidade ambiental e de vida da população

## MEIO AMBIENTE

---

Ampliar o conhecimento das vulnerabilidades da cidade frente às mudanças climáticas

Proteger as áreas marginais dos cursos d'água, de forma a resguardar as áreas de inundação natural e preservar a cobertura vegetal de suas margens

Promover ações para reduzir ou mitigar as emissões de gases de efeito estufa de responsabilidade do município

Implantar calçadas, coberturas e telhados com infraestrutura verde

Implantar o Mercado Rio Sustentável , regulamentar o Qualiverde e promover iniciativas à compensação ambiental

Reflorestar e recuperar áreas degradadas, priorizando as áreas ao longo das linhas naturais de drenagem, principalmente nas faixas marginais dos corpos hídricos, fundos de vale e várzea

## PATRIMÔNIO CULTURAL

---

Ampliar e modernizar os procedimentos de pesquisa, inventário, cadastro, registro, descrição, classificação e outras formas de acautelamento e proteção do Patrimônio Cultural, material e imaterial, do Município

Ampliar e modernizar os serviços de atendimento ao público e de consultoria técnica que envolvem a conservação, recuperação e restauração dos bens tombados, protegidos e declarados

Elaborar os Planos de Gestão das Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (APACs) e demais bens culturais, quando necessário

Acompanhar e analisar os indicadores do desenvolvimento das Áreas de Proteção do Ambiente Cultural

## PATRIMÔNIO CULTURAL

---

Implementar **Sistema de Controle de Uso e Ocupação do Solo (Siscon)** para maior coordenação das ações de responsabilidade dos diversos órgãos municipais direta ou indiretamente responsáveis pelas áreas protegidas

No âmbito do Siscon, desenvolver um Cadastro Único de Imóveis

(A partir do Cadastro Único de Imóveis) Elaborar pesquisa sobre situação fundiária, jurídica e fiscal dos imóveis protegidos e abandonados.

(A partir do Cadastro Único de Imóveis) Elaborar pesquisa dos vários fatores que dificultam a ampla recuperação dos imóveis protegidos da cidade. Identificar e quantificar estas situações para que se possa encontrar formas de superá-las

(A partir do Cadastro Único de Imóveis) Cruzar informações referentes a cada imóvel (grau de caracterização, uso e ocupação, estado de conservação, riscos etc.), oriundas dos diversos órgãos setoriais envolvidos.

(A partir do Cadastro Único de Imóveis) Identificar possíveis instrumentos (de controle ou de incentivo) adequados à recuperação e manutenção dos imóveis preservados nas diferentes APACs.

# PATRIMÔNIO CULTURAL

---

Implementar melhorias urbanas em APACs – articulação com demais órgãos setoriais

Regulamentar / Orientar intervenções públicas ou privadas em APACs

Rever e regulamentar procedimentos de licenciamento, no diz respeito à articulação entre os órgãos municipais responsáveis pela proteção do patrimônio cultural, pelo licenciamento de obras e pelo licenciamento de atividades econômicas

Rever e regulamentar procedimentos de licenciamento e fiscalização para a realização da Política de Patrimônio Cultural (Artigo 142 da LC 111/11), visando um maior controle da conservação dos imóveis protegidos, com revisão das sanções, incluindo a obrigatoriedade de reconstrução quando couber.

# HABITAÇÃO

---

Ocupar os vazios urbanos, os imóveis subutilizados e não utilizados, abandonados e em ruínas, reaproveitar os imóveis ociosos, os lotes vazios e criar opções de moradias, em especial nos bairros centrais

Reassentar a população de baixa renda identificando prioridades quanto às áreas frágeis, de risco ambiental, de faixas marginais de proteção de corpos hídricos, de adutoras e redes elétricas de alta tensão, faixas de domínio de estradas e áreas que não possam ser dotadas de condições mínimas de urbanização e saneamento básico

Prever projetos e intervenções urbanísticas necessárias à recuperação física, incluindo sistema de abastecimento de água e coleta de esgotos, drenagem de águas pluviais, coleta regular de resíduos sólidos, iluminação pública, adequação dos sistemas de circulação de veículos e pedestres, eliminação de situações de risco, estabilização de taludes e de margens de córregos, tratamento adequado das áreas verdes públicas, instalação de equipamentos sociais e os usos complementares ao habitacional no Plano de Urbanização de cada AEIS

# HABITAÇÃO

---

Implantar soluções habitacionais prioritariamente em áreas com infraestrutura e em lotes urbanizados com previsão para edificação progressiva

Incentivar a produção de HIS através da participação de entidades sem fins lucrativos, cooperativas habitacionais e mutirões com a promoção de assistência técnica e jurídica para a população

Implantar ou ampliar a infraestrutura dos serviços públicos e dos equipamentos urbanos em favelas e loteamentos irregulares e clandestinos, segundo critérios de prioridades após viabilidade técnica demonstrada. A intervenção do Município para urbanização de favelas e loteamentos irregulares será precedida da declaração do território ocupado pela favela ou loteamento como AEIS.

Incentivar a Agricultura Urbana Sustentável como forma de ocupação de vazios urbanos

## MOBILIDADE

---

Complementar a rede de transportes de passageiros de alta capacidade

Promover a gestão junto aos órgãos (todas as esferas) visando a melhoria operacional dos ramais dos sistemas ferroviário e metroviário, com aumento de capacidade, velocidade média e redução dos tempos de viagem em todos os ramais, considerando as distâncias e tempos de deslocamento a pé e/ou por bicicleta

Complementar as linhas 1 e 2 do sistema metroviário e implantar as linhas 4, 5 e 6, conforme estudos realizados

## MOBILIDADE

---

Construir novos terminais de conexões intermodais, estabelecendo a interligação entre os sistemas de transporte sobre trilhos, BRTs/OTRs – Ônibus de Trânsito Rápido (Média/Alta Capacidade) e os sistemas de transporte público coletores e locais

Realizar intervenções nos sistemas de transporte e viário que viabilizem a conclusão do Anel Viário da Cidade articulados a políticas de Uso e Ocupação do Solo sustentáveis

Realizar intervenções sustentáveis no espaço urbano que viabilizem a implantação do Corredor T5 (Transcarioca) articulados a políticas de Uso e Ocupação do Solo

## SANEAMENTO

---

Tratar os efluentes de esgotamento sanitário previamente ao lançamento destes nos corpos hídricos receptores ou na rede pluvial de drenagem

Adotar tecnologias seguras e ambientalmente adequadas de saneamento ambiental

Implantar rede de esgoto, interceptor e coletores tronco na AP 5

Promover o controle dos processos erosivos de origem antrópica, movimentos de terra, transporte e deposição de entulho e lixo, desmatamentos, e ocupações irregulares ao longo das linhas naturais de drenagem

## SANEAMENTO

---

Adotar medidas de controle, junto à concessionária, para fiscalizar e impedir o lançamento de esgotos in natura na redes de drenagem

Garantir a participação da Prefeitura na arrecadação e utilização dos recursos cobrados pela prestação de serviços de esgotamento sanitário

Fomentar a adoção de medidas compensatórias em drenagem urbana, visando uma abordagem integrada e sustentável das questões relativas à água e ao controle de enchentes

Complementar, adequar e renovar a rede de drenagem municipal

## SANEAMENTO

---

Executar monitoramento de variáveis hidrológicas e de qualidade de água através de equipamentos que possibilitem a aquisição de dados em tempo real

Requalificar e garantir a manutenção das faixas “non aedificandi” de cursos d’água e de drenagem através de tratamento paisagístico e instalação de marcos físicos

Definir áreas públicas para reservas fundiárias de controle de inundações

Elaborar mapas de avaliação de risco de escorregamentos, em escala adequada, que subsidie a identificação de áreas de restrição à ocupação urbana (mapeamento do Maciço da Pedra Branca e morros isolados)

## SANEAMENTO

---

Reflorestar e recuperar áreas degradadas, priorizando as áreas ao longo das linhas naturais de drenagem, principalmente nas faixas marginais dos corpos hídricos, fundos de vale e várzea

Determinar taxas de permeabilidade por bacia hidrográficas

Implantação de novas estações de transferência e reestruturação urbana nas suas áreas de Influência

Fortalecer a cadeia de reciclagem, incentivando o aprimoramento do processo de triagem e segregação dos materiais com potencial para reciclagem , com a implantação de novas unidades, e o aumento do consumo de produtos contendo materiais recicláveis.

Fortalecer a cadeia de reciclagem de resíduos da construção civil, incentivando a implantação e o aprimoramento de unidades de recebimento e processamento, e o aumento do consumo de agregados reciclados nas obras da Cidade.

# Articulação Plano Diretor / Plano Estratégico

# AVALIAÇÃO DO PLANO DIRETOR: ORDENAMENTO TERRITORIAL

---

## Ordenamento Territorial no Plano Diretor:

A política de uso do solo / ordenamento territorial é um tema transversal:

- É a espacialização da política urbana proposta pelo Plano Diretor
- Orienta o desenvolvimento urbano
- É determinante no desenho, implementação e articulação das políticas setoriais

## PROPOSTA: Desenvolvimento do Título II do Plano Diretor

(corresponde a um PLANO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL – POT)

- Orienta o crescimento da cidade: expansão x adensamento
- Orienta a regulação da ocupação urbana e a proteção das áreas de restrição à ocupação
- Orienta a elaboração dos Planos Locais (PEUs e AEIs), Planos Regionais e Projetos Urbanos
- Orienta a espacialização e a articulação das políticas setoriais
- Orienta a implantação de equipamentos públicos

## ARTICULAÇÃO PLANO DIRETOR – PLANO ESTRATÉGICO

---

### Propostas encaminhadas ao Plano Estratégico se baseiam:

- Experiência dos técnicos e diagnósticos locais
- Diagnóstico da Cidade elaborado no âmbito do CTPD
- Debates / Discussões / Relatórios do CTPD

### Ordenamento Territorial no Plano Estratégico:

No Plano Estratégico o Ordenamento Territorial/Usos do Solo se relaciona ao:

- Pilar: “Território conectado, integrado e democrático”
- Temas: Fluxo na cidade: transporte eficiente e acessível

Exemplo de habitabilidade, formalização territorial e integração social

Confiança no espaço urbano

Governança urbana e uso da informação para gestão do espaço

# ARTICULAÇÃO PLANO DIRETOR – PLANO ESTRATÉGICO

---

## PROPOSTAS ENCAMINHADAS PLANO DIRETOR AO PLANO ESTRATÉGICO

Se baseiam em 4 Eixos (de Desenvolvimento ou de Proteção Ambiental) que se relacionam com os vetores de crescimento da cidade e com as áreas de restrição à ocupação urbana, ambos integrantes do Título II – Ordenamento Territorial da Lei Complementar Nº 111/2011

## EIXOS DE DESENVOLVIMENTO URBANO E PROTEÇÃO AMBIENTAL

(BASE DO ORDENAMENTO TERRITORIAL NA ESCALA DO MUNICÍPIO)

**Eixo I:** Intensificação da ocupação na área central

**Eixo II:** Valorização da ocupação ao longo dos eixos de transportes

**Eixo III:** Implantação de Corredores Sustentáveis

**Eixo IV:** Proteção de Áreas Periféricas

+ Propostas Gerais para toda a Cidade

+ Propostas de Governança

# ARTICULAÇÃO PLANO DIRETOR – PLANO ESTRATÉGICO

---

## EIXO I: Intensificação da Ocupação no Centro

### 1. Viver no Centro

Criar condições de intensificação da ocupação urbana em áreas centrais, produzir moradias de interesse social para faixa de renda de 0 a 10 salários mínimos, prover equipamentos urbanos e áreas verdes e praças, qualificar os espaços públicos, dotar logradouros de acessibilidade e conforto ambiental, estimular comércio e serviços locais, deter processo de deterioração de imóveis, ocupar vazios e viabilizar a recuperação do acervo arquitetônico protegido pelo patrimônio cultural.

### 2. Incentivos à Produção habitacional

Possibilitar moradia próximo aos postos de trabalho, garantir a mistura de estratos sociais e a distribuição mais equilibrada do acesso à terra e às benfeitorias urbanas.

### EIXO II: Ocupação ao longo dos Corredores de Transporte

#### 1. Centralidades Valorizadas

Fortalecer as centralidades de alcance municipal através da criação de um bom ambiente de negócios, incentivos às atividades econômicas (fiscais, logísticas etc), revisão da legislação de uso e ocupação do solo quando necessário, incentivo ao uso misto, investimentos em requalificação do espaço público e implantação de equipamentos públicos, identificação de particularidades.

Madureira, Méier, Taquara, Campo Grande, Santa Cruz e outras.

#### 2. Requalificação de Áreas de Influência de Eixos Ferroviários e Rodoviários

Reestruturar o tecido urbano ao longo dos principais corredores de transporte, com reaproveitamento dos lotes remanescentes da implantação do corredor; provisão de equipamentos urbanos e áreas verdes e praças, e qualificação dos espaços públicos; incentivo ao uso de instrumentos de gestão do uso e ocupação do solo para implantação de PAAs (ex: Readequação de Potencial Construtivo).

Estações ferroviárias, Corredor Maracanã-Engenhão, Automóvel Clube, Av. Brasil e outros.

### EIXO II: Ocupação ao longo dos Corredores de Transporte (Continuação)

#### 3. Incentivos à Produção habitacional

Viabilizar um maior número de moradias próximo à rede de transporte público; intensificar a ocupação urbana ao longo de corredores selecionados; estimular a integração entre as favelas ou loteamentos irregulares com a malha formal da cidade, propiciando requalificar as franjas dos assentamentos informais; garantir a mistura entre estratos sociais e a distribuição mais equilibrada do acesso à terra e às benfeitorias urbanas.

Para toda a cidade, com ênfase nesses corredores.

#### 4. Vizinhança Acessível, Verde e Conectada

Dotar os logradouros de acessibilidade universal e conforto ambiental, através de ampliação da calçadas (quando necessário), desenho urbano compatível, arborização e garantia de acessibilidade para pessoas portadoras de necessidades especiais.

Para toda a cidade, com ênfase nesses corredores.

## EIXO III: Corredores de Sustentabilidade

### 1. Ampliação do Percentual de Áreas Verdes Protegidas por RA

Ampliar os índices de áreas verdes nas regiões da Cidade que não dispõem de reservas florestais protegidas; garantir a conservação e a proteção dos fragmentos florestais remanescentes ainda não protegidos

### 2. Novos Parques Urbanos Municipais

Garantir que todas as regiões administrativas tenham uma área verde superior a xxx hectares, tratadas paisagisticamente e que possam ser utilizadas pela população.

Áreas carentes de parques urbanos nas Macrozonas Incentivada e Assistida, principalmente.

### EIXO III: Corredores de Sustentabilidade (continuação)

#### 3. Programa de Resiliência da Paisagem e do Meio Ambiente

Garantir que 100% dos reflorestamentos implementados sejam mantidos, conservados e se desenvolvam em florestas. Garantir a conservação e a proteção dos fragmentos florestais remanescentes ainda não protegidos. Requalificar os espaços livres públicos (praças, largos, mirantes etc). Criar um sistema de áreas verdes interligado e funcional.

Enriquecimento e manutenção de florestas; corredores verdes; gestão de encostas (estabilidade e controle); drenagem das encostas; recuperação de mananciais; plano de proteção da paisagem; plano dos espaços livres.

#### 4. Revitalização de Rios

Implantação de parques lineares ao longo dos rios.

Garantir que os cursos d'água sejam protegidos, recuperados, tratados paisagisticamente e que possam ser utilizados pela população.

Tratamento de esgotos, recuperação de mananciais e nascentes, tratamento de espaços livres públicos, articulação com população local.

### EIXO IV: Planejamento das Áreas de Crescimento Limitado

#### 1. Planos Urbanísticos

Conter/ Racionalizar o crescimento horizontal da Cidade. Proteger e planejar o uso do solo em áreas de baixa densidade que hoje começam a sofrer pressão do mercado (formal ou informal) sem ter, no entanto, capacidade de suporte ao adensamento (por fragilidade ambiental e/ou carência de infraestrutura): Vargens, Guaratiba e Santa Cruz

#### 2. Intervenções Urbanas articuladas ao Planejamento de Uso do Solo

Planejar a complementação do sistema viário em áreas periféricas, de crescimento limitado, de forma a tornar a malha urbana mais permeável e dotada de equipamentos urbanos.

### EIXO IV: Planejamento das Áreas de Crescimento Limitado

#### 3. Cinturão Verde e Programa de Segurança Alimentar

Valorizar e fortalecer o uso agrícola e estimular a agricultura urbana.

Criar novas Unidades de Conservação

## EIXO V: Gerais para todo o território

### 1. Política Integrada ao Desenvolvimento Industrial e Logístico

Garantir o planejamento e a gestão do desenvolvimento industrial e do apoio logístico de forma a fomentar e fortalecer a economia urbana

“Economia verde”, “Grandes Indústrias”, Tratamento de portos e aeroportos”, “Portos secos”, Transporte de carga (ferroviário e rodoviário), “Nova legislação”.

### 2. Morar Carioca

Urbanização de favelas e loteamentos irregulares.

### 3. Tratamento da Fiação Aérea em Áreas Elencadas como Prioritárias

Criar as condições necessárias para que as concessionárias de serviços públicos de eletricidade, telefonia, televisão e internet a cabo cumpram a exigência do Plano Diretor de implementar sua fiação no subsolo urbano, eliminando a fiação aérea em áreas elencadas como prioritárias, tais como parques, praças, principais centralidades e áreas de patrimônio cultural.

### 4. Incentivos à produção habitacional e Vizinhança Acessível, Verde e Conectada (priorizadas ao longo eixos de transportes).

## ARTICULAÇÃO PLANO DIRETOR – PLANO ESTRATÉGICO

---

### EIXO V: Gerais para todo o território (continuação)

#### 4. Conecta Rio

Expandir a malha de transporte, almejando integrar toda a região metropolitana “Novos Corredores de transportes” , “Novas ligações hidroviárias, ferroviárias e de BRT e VLT”.

#### 5. Ciclovias

Ampliar a rede de ciclovias da cidade, garantir sua segurança, priorizar trajetos que viabilizem o uso da bicicleta como meio de transporte entre bairros, e articular as ciclovias com outros modais.

#### 6. Política de Estacionamentos e Política de Cargas

Definir política de estacionamento de veículos nos centros de comércio e serviços, veículos turísticos, planejamento e gestão de estacionamento em vias urbanas (localização, ordenamento, tarifas).

Definir política de cargas.

#### 5. Novas Operações Urbanas e Ampliação das Áreas de Aplicação de Instrumentos Onerosos

### EIXO VI: Propostas de Governança Urbana

#### 1. Plano de Ordenamento Territorial - POT

Orientar o crescimento da Cidade: expansão x adensamento, orientar a regulação da ocupação urbana e proteger as áreas de restrição à ocupação; orientar e articular a elaboração de planos locais (PEUs e AEIs), Planos Regionais e projetos urbanos; orientar e articular a espacialização das políticas setoriais.

#### 2. Sistema de Controle do Uso do Solo

Garantir o controle das ocupações irregulares em áreas sob regime de proteção ambiental ou ambientalmente frágeis; em logradouros, espaços públicos, propriedades privadas, imóveis abandonados, em bens protegidos, em áreas de risco, ou em áreas que gerem impactos negativos na paisagem.

“CMC Rio – Centro de Monitoramento e Controle Urbano”, “CF Rio – Centro de Fiscalização”, Ampliação do mapeamento de risco em 100% do Território, Programa de Recuperação de Imóveis da Defesa Civil”, “regulamentação do Sistema de Controle de Uso do Solo”, “Criação de força tarefa para prevenir ocupação irregular e orientar população”, “Fortalecimento do Programa de Eliminação de Risco Geológico”.

### EIXO VI: Propostas de Governança Urbana (continuação)

#### 3. Banco de Terras

Garantir o aproveitamento de imóveis vazios ou subutilizados, próprios municipais e imóveis com dívidas para produção de habitação de interesse social e equipamentos públicos em áreas infraestruturadas.

#### 4. Cadastro Único de Imóveis

Criar cadastro unificado de imóveis na cidade, com acesso on line e respectivo mapeamento georreferenciado - de forma a possibilitar a integração e facilitar a acessibilidade aos dados setoriais referentes ao acervo edificado, com vistas a aprimorar a atuação das secretarias na implementação de políticas públicas e no controle do uso e ocupação do solo.

#### 5. Fundos Municipais

Garantir a destinação de recursos para viabilizar ações, programas e projetos.

#### 6. Regulamentação de Instrumentos Urbanísticos e Regulamentos

Garantir a regulamentação dos instrumentos do Estatuto da Cidade.

### EIXO VI: Propostas de Governança Urbana (continuação)

#### 7. Sistema de Gestão Ambiental

Integrar as diversas políticas públicas, no que concerne à efetiva proteção, valorização e recuperação do meio ambiente, da paisagem e do patrimônio natural e cultural.

“Sub-sistema de saneamento ambiental”, “Sub-sistema da Paisagem”, “Sub-sistema de lixo”.

#### 8. Modelo de Gestão de Imóveis Abandonados

Garantir o planejamento do aproveitamento dos vazios ou terrenos subutilizados ou ociosos, priorizando sua utilização para fins habitacionais ou equipamentos públicos.

#### 9. Modelo de Gestão do Espaço Público

Promover planejamento e gestão integrada dos espaços públicos.

#### 10. Base de Dados Integrada de Monitoramento e Controle

Garantir a identificação sistemática e periódica das ocupações em áreas protegidas ou impróprias à ocupação, de modo a possibilitar ações para impedi-las.

### EIXO VI: Propostas de Governança Urbana (continuação)

#### 11. Sistema On Line de Planejamento e Implantação de Equipamentos Públicos, Praças e Parques

Identificar áreas com potencial para implantação de novos equipamentos e espaços livres públicos.

Reordenar, articular e reabilitar os equipamentos e os espaços livres públicos, e compatibilizá-los com a demanda mensurada pelas políticas públicas setoriais.

Criar Política de Equipamentos Urbanos.

#### 12. Mercado Rio Sustentável

Viabilizar a preservação de áreas verdes com sustentabilidade econômica das propriedades; promover a compensação de impactos ambientais; absorver compensações ambientais em propriedades que apresentem fragmentos florestais relevantes.

#### 13. Modelo de Gestão integrada do Território

Viabilizar a articulação da execução de serviços públicos com o planejamento urbano (Ex. Caju)